

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 09.436.686/0001-32 - NIRE 35.300.353.731

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Setembro de 2025

1. **Data, Horário e Local:** em 30 de setembro de 2025, às 11h00, na sede social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Elíseos, CEP 01204-001. 2. **Mesa:** **Presidente:** Celso Damadi; **Secretária:** Elaine Cristina Barreiro. 3. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas também dispensaram a publicação de quaisquer documentos previamente à realização desta assembleia, incluindo o Protocolo e o Laudo de Avaliação, conforme definidos abaixo. 4. **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação do "Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.", datado de 30 de setembro de 2025 ("Protocolo"), constante do Anexo I a esta ata (Anexo I - Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.), e da proposta de incorporação, pela Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 46.728.718/0001-08, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.598.300, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Elíseos, CEP 01205-001 ("Porto Saúde Serviços"), da parcela patrimonial cindida da Companhia, nos termos dos artigos 223 a 227 e 229, da Lei das Sociedades por Ações, e conforme descrito no Protocolo. (ii) a ratificação da nomeação da **Consultamp Auditoria e Assessoria Ltda.**, empresa de avaliação patrimonial, com escritório estabelecido no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2491, 19º andar, cj. 192, Bela Vista, CEP: 01.227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 48.622.567/0003-98, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº SP-033516/O-3 ("Empresa de Avaliação"), para avaliar o valor contábil do acervo patrimonial da Companhia, a ser cindido e incorporado pela Porto Saúde Serviços, nos termos do Protocolo, e elaborar o correspondente laudo de avaliação, nos termos dos artigos 227, §1º, e 229 da Lei das Sociedades por Ações. (iii) a aprovação do laudo de avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação para fins da incorporação, pela Porto Saúde Serviços, do acervo patrimonial cindido da Companhia, de acordo com o qual, na data base de 30 de setembro de 2025, o valor patrimonial contábil da parcela cindida, a ser absorvida pela Porto Saúde Serviços, em razão da incorporação, corresponde ao valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), constante do Anexo II a esta ata (Anexo II - Laudo de Avaliação da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.) ("Laudo de Avaliação"), nos termos do artigo 227, §§2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações. (iv) a redução do capital social da Companhia, em decorrência de sua cisão parcial, e alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia; (v) a consolidação do estatuto social da Companhia; e (vi) a outorga de autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da Companhia e da incorporação, pela Porto Saúde Serviços, da parcela patrimonial cindida, nos termos do Protocolo. 5. **Deliberações:** os acionistas, por unanimidade: 5.1 Aprovaram o Protocolo e a proposta de cisão parcial da Companhia, com versão da parcela patrimonial cindida para a Porto Saúde Serviços, conforme descrito no Protocolo, declarando sua plena concordância com os valores e critérios constantes do Protocolo. 5.2 Ratificaram a nomeação da Empresa de Avaliação para (i) avaliar o valor total do acervo cindido da Companhia, a ser incorporado pela Porto Saúde Serviços, nos termos do Protocolo, e (ii) elaborar o correspondente Laudo de Avaliação, nos termos do artigo 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.3 Aprovaram o Laudo de Avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação para fins da incorporação do acervo cindido da Companhia pela Porto Saúde, de acordo com o qual, na data base de 30 de setembro de 2025, o valor patrimonial contábil da parcela cindida é de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), correspondente ao valor do acervo cindido da Companhia, operada com o cancelamento, após o arredondamento, de 3.004.796.104 (três bilhões, quatro milhões, setecentas e noventa e seis mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia, todas de titularidade da acionista Porto Seguro S.A. 5.4.1 Os acionistas concordam expressamente com a cisão de forma desproporcional, de modo que apenas ações de emissão da Companhia de titularidade de Porto Seguro S.A. foram canceladas. 5.4.2 O cálculo do número de ações a serem canceladas teve como base o valor patrimonial contábil das ações de emissão da Companhia na data base de 30 de setembro de 2025, imediatamente antes da redução de capital. 5.4.3 Desta forma, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e seis centavos), dividido em 31.645.063.556 (trinta e um bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. 5.4.4 Em razão da aprovação da cisão parcial e da redução de capital da Companhia, aprovaram a alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e seis centavos) dividido em 31.645.063.556 (trinta e um bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. 5.4.5 As ações poderão pertencer a pessoas físicas ou jurídicas. 5.4.6 Em caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem". 5.5. Aprovaram a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo III a esta ata (Anexo III - Estatuto Social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.). 5.6. Diante das deliberações tomadas nesta assembleia, os administradores da Companhia ficam expressamente autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial e incorporação, pela Porto Saúde Serviços, da parcela cindida Companhia, nos termos do artigo 227, §2º, e 229 da Lei das Sociedades por Ações. 6. **Esclarecimentos Adicionais:** a administração da Companhia esclarece que, em 10.09.2025, foi publicada, por equívoco, no jornal "O Estado de São Paulo", a realização de AGE em 29.08.2025, que tinha por objeto a redução do capital social da Companhia. A referida AGE deve ser considerada, para todos os fins, como não realizada e, por consequência, as deliberações indicadas na publicação não produziram quaisquer efeitos, seja internamente na Companhia, seja perante terceiros. Não houve, portanto, alteração do capital social da Companhia na referida data. 7. **Documentos Arquivados na Sede Social:** Protocolo, Laudo de Avaliação e demais documentos de interesse social. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido a presente ata lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de setembro de 2025. Mesa: **Celso Damadi** - Presidente; **Elaine Cristina Barreiro** - Secretária. Acionistas: **Porto Seguro S.A.** - p. Celso Damadi e p.p. Elaine Cristina Barreiro; **Porto Seguros S.A.** - p. Celso Damadi e José Rivaldo Leite da Silva. JUCESP nº 393.800/25-8 em 14/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. Anexo III à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., realizada em 30 de setembro de 2025. "Estatuto Social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. é uma companhia, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002, podendo manter filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto: a) execução de vistorias de riscos e de sinistros de seguros; b) execução de serviços de socorro (remoção e reparos emergenciais de veículos); c) execução de serviços de revisão e manutenção de veículos; d) certificação da procedência e do estado de conservação de veículos; e) execução de serviços de comunicação e multimídia; f) execução de serviços limitados privados de telecomunicações; g) os serviços de desenvolvimento e hospedagem de páginas de internet de classificadas e relacionamentos de negócios, fomento de vendas de veículos e outros bens móveis ou imóveis, serviços de despachantes e demais serviços conexos às atividades descritas; h) os serviços de processamento de dados com emissão de relatórios e críticas, hospedagem e gestão de banco de dados de terceiros; i) o desenvolvimento, licenciamento, cessão de direito de uso e distribuição de programas de computador (softwares), bem como suas atualizações e customizações para atender demandas dos usuários e exigências legais; j) os serviços de manutenção, conservação e reparo em equipamentos e imóveis de qualquer natureza; k) o suporte técnico, manutenção ou coordenação de serviços em tecnologia; l) os serviços de assistência a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo mas não se limitando a assistência em viagens (no Brasil e no exterior), funeral, residência, condomínios, empresas, assistência para educação em casa, assistência médica e/ou hospitalar, assessoria turística e cultural; m) a prestação de quaisquer serviços relativos a agenciamento, intermediação, promoção, fomento e administração de vendas de serviços ou produtos e suporte de qualquer natureza para pessoas físicas e jurídicas; n) a locação de espaços, equipamentos e imóveis; o) o comércio varejista de mercadorias e produtos em geral que viabilizem a promoção e expansão das atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros, monitoramento e à atividade financeira; p) a produção, execução, administração ou o gerenciamento de espetáculos e eventos, bem como demais atividades culturais ou artísticas, que viabilizem o relacionamento de negócios, fomento de vendas e o fortalecimento da marca e imagem da Corporação, podendo inclusive exercer a prestação de serviços de cobrança de ingressos de forma direta ou indireta; q) a operação de planos privados de assistência médica-veterinária; r) a intermediação de serviços médico-veterinários, de higiene e estética e descontos em produtos e serviços fornecidos por prestadores de serviços; s) o fornecimento de mão de obra e gestão de prestadores que explorem as atividades descritas nos itens anteriores; e t) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, como sócia ou acionista. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e seis centavos), dividido em 31.645.063.556 (trinta e um bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. 5.1 - As ações poderão pertencer a pessoas físicas ou jurídicas. 5.2 - Em caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º - A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria e 02 (dois) Diretores sem designação específica, eleitos e destituídos pela assembleia geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Artigo 7º - A investitura dos membros da diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria. Findo o mandato, os diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investitura dos novos membros eleitos. Artigo 8º - A assembleia geral ordinária fixará, anualmente, a remuneração global anual dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da diretoria. Além dos honorários, a diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º - Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transgír, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação, a extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, manutenção ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. 5.1 - Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) diretores em conjunto; b) por 1 (um) diretor em conjunto com um procurador; c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. 5.2 - A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos diretores ou procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. 5.3 - A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) diretor ou 01 (um) procurador em situações determinadas, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. 5.4 - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judícia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. 5.5 - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) deles obrigatoriamente o ou Diretor Presidente ou o CEO da empresa. 5.6 - As deliberações da diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. 5.7 - No caso de vacância de diretor, os demais diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. 5.8 - Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do diretor ausente ou impedido. Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 11º - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária entre acionistas ou não, residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. 5.1 - O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela assembleia geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira assembleia geral ordinária, após sua instalação. 5.2 - Os membros do conselho fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral que os elegeu. Capítulo V - Assembleia Geral: Artigo 13º - A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente nos quatro meses seguintes ao término do

respectivo exercício social, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. 5.3 - O presidente da assembleia convidará um dos presentes para secretariar a mesa. 5.4 - As assembleias extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior. 5.5 - Os anúncios de primeira convocação das assembleias gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no diário oficial e em um jornal de grande circulação na sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. 5.6 - As demais convocações das assembleias gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. 5.7 - Uma vez convocada a assembleia geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação. 5.8 - As deliberações das assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. 5.9 - O exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. 5.10 - Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. 5.11 - Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na sede da Companhia com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 5.12 - Lucros: Artigo 21º - Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro. Dos lucros remanescentes, atendida a ordem legal, será atribuída a participação dos diretores, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152, da Lei nº 6.404/76, e o disposto no artigo 9º deste Estatuto. 5.13 - Os diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. 5.14 - O lucro líquido do exercício, após as deduções de que tratam os artigos anteriores e ouvido o conselho fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação: a) constituição da reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio, efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95; c) o saldo remanescente, ressalvado o disposto na alínea "d" deste artigo, será destinado à reserva estatutária de lucros, com a finalidade de compensação de eventuais prejuízos, aumento do capital social ou distribuição aos acionistas. Attingido o saldo acumulado desta reserva o montante igual ao capital social, a assembleia geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do capital social ou distribuição aos acionistas da Companhia; d) caso a administração da Companhia considere o montante da reserva estatutária de lucros suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral: (i) que, em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e pagamento do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Companhia; e/ou (ii) que os valores integrantes da aludida reserva sejam revertidos, total ou parcialmente, para aumento do capital social ou a distribuição aos acionistas da Companhia. 5.15 - Disposições Gerais: Artigo 23º - O exercício financeiro da Companhia compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro, ocasião em que levantar-se-á o balanço da Companhia. 5.16 - A diretoria poderá levantar balanços intermediários, bem como declarar, ad referendum da assembleia geral, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. 5.17 - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, de livre escolha da diretoria, desde que devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários. 5.18 - Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. Os diretores da: Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 09.436.686/0001-32, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.353.731, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Elíseos, CEP 01204-002 ("Porto Serviços"); e Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 46.728.718/0001-08, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.598.300, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Elíseos, CEP 01205-001 ("Porto Saúde Serviços") e, em conjunto com Porto Serviços, as "Sociedades"), com o objetivo de expor as condições e os motivos da proposta de incorporação, pela Porto Saúde Serviços, de parcela patrimonial cindida da Porto Serviços, subscrevem este "Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A." ("Protocolo"), a ser submetido à deliberação das instâncias societárias competentes das Sociedades, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis. 1. Operação: 1.1. Operação. Este Protocolo diz respeito à justificação e às condições propostas para a cisão parcial da Porto Serviços, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços, nos termos dos artigos 223 a 227 e 229, da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), observados os termos e condições estabelecidos neste Protocolo e nas normas legais e regulamentares aplicáveis ("Cisão Parcial"). 1.2. Reorganização do grupo Porto. O grupo Porto, do qual as Sociedades fazem parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais de atividades (seguros, saúde, financeira, serviços e bancário), de forma a possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal. A Cisão Parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto. 2. Premissas e Justificação da Operação: 2.1. Porto Serviços. A Porto Serviços é uma sociedade anônima que desenvolve atividades e participa de sociedades atuantes em diversos mercados. 2.2. Capital social da Porto Serviços. O capital social da Porto Serviços, totalmente subscrito e integralizado, nesta data, é de R\$ 493.939.303,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e trinta e nove mil e trezentos e três reais e três centavos), dividido em 34.649.859.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: (i) 34.649.858.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e sessenta) ações são detidas pela Porto Seguro S.A., sociedade com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, inscrita no CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.151.666 ("PSSA"); e (ii) 1.000 (mil) ações são detidas pela Porto Seguros S.A., sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1475, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01205-001, inscrita no CNPJ sob o nº 46.431.759/0001-20 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0059538-6 ("Porto Seguros"). 2.3. Porto Saúde Serviços. A Porto Saúde Serviços é uma sociedade anônima que detém participações em sociedade atuantes no setor de saúde. 2.4. Capital social da Porto Saúde Serviços. O capital social da Porto Saúde Serviços, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 68.192.941,08 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos), dividido em 68.192.941 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas pela Porto Saúde Participações S.A., sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.475, 8º andar (Edifício Guaianases), Sala 01, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01205-001, inscrita no CNPJ sob o nº 46.573.272/0001-81 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.596.943 ("Porto Saúde Participações"). 2.5. Objetivos da Cisão Parcial. A Cisão Parcial tem por objetivo viabilizar a melhor alocação de determinados ativos relacionados ao mercado de saúde, que hoje são detidos pela Porto Serviços e que serão transferidos para a Porto Saúde Serviços após a conclusão da Cisão Parcial, com potenciais eficiências e benefícios para as Sociedades, seus acionistas e todo o grupo Porto. 2.6. Recomendação de aprovação. Tendo em vista os objetivos referidos na Cláusula 2.5, os diretores das Sociedades recomendam a aprovação integral da proposta de Incorporação, nos termos deste Protocolo. 3. Patrimônio Cindido da Porto Serviços: 3.1. Acervo Cindido. A Cisão Parcial consiste na cisão da parcela patrimonial da Porto Serviços representada pelos elementos de ativo e direitos descritos no Anexo 3.1 a este Protocolo (Anexo 3.1 - Acervo Cindido da Porto Serviços e Vertido para a Porto Saúde Serviços), avaliados nos termos da Cláusula 3, que será vertida para a Porto Saúde Serviços, no mesmo ato ("Acervo Cindido"). 3.1.1. Ativos e passivos não transferidos. Não integram o Acervo Cindido quaisquer outros ativos, passivos, direitos e/ou obrigações da Porto Serviços, de qualquer natureza, além daqueles descritos no Anexo 3.1. 4. Avaliação do Acervo Cindido da Porto Serviços: 4.1. Avaliadora. Para fins de avaliação do Acervo Cindido, foi nomeada a empresa Consultamp Auditoria e Assessoria Ltda., empresa de avaliação patrimonial, com escritório estabelecido no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2491, 19º andar, cj. 192, Bela Vista, CEP: 01.227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 48.622.567/0003-98, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº SP-033516/O-3 ("Avaliadora"), ad referendum das instâncias societárias competentes das Sociedades, nos termos dos artigos 229, §3º, e 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 4.2. Laudo de Avaliação. O resultado dos trabalhos da Avaliadora foi refletido no laudo de avaliação do Acervo Cindido, constante do Anexo 4.2 a este Protocolo (Anexo 4.2 - Laudo de Avaliação da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.) ("Laudo de Avaliação"), em conformidade com os parâmetros previstos na Lei das Sociedades por Ações. 4.3. Critério de avaliação do Acervo Cindido. O Acervo Cindido foi avaliado pelo critério contábil, com base no balanço patrimonial da Porto Serviços levantado em 30 de setembro de 2025 ("Data Base") ("Balanço Patrimonial"). 4.4. Valor do Acervo Cindido. Com base no Balanço Patrimonial e no Laudo de Avaliação, o valor patrimonial do Acervo Cindido, para fins da Cisão Parcial, é de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos). 4.5. Eventuais variações patrimoniais. Se a Cisão Parcial for aprovada nas instâncias societárias competentes das Sociedades, as eventuais variações patrimoniais ocorridas entre a Data Base e a data de efetivação da Cisão Parcial serão escrituradas diretamente na Sociedade a que competirem, considerando-se a ocorrência da Cisão Parcial, devendo ser efetuados os lançamentos pertinentes nos livros contábeis e fiscais das Sociedades. Para todos os fins, a data de efetivação da Cisão Parcial significa a data em que a operação for aprovada nas instâncias societárias competentes das Sociedades, mediante assinatura dos atos societários correspondentes. 5. Efeitos da Cisão Parcial nas Sociedades: 5.1. Cisão desproporcional. A Cisão Parcial será realizada de forma desproporcional entre os acionistas da Porto Serviços, mediante o cancelamento apenas de ações emitidas pela Porto Serviços que sejam de titularidade da PSSA e a atribuição de ações representativas do capital social da Porto Saúde Serviços apenas à PSSA. 5.2. Efeitos da Cisão Parcial na Porto Serviços. A Cisão Parcial implicará a redução do capital social da Porto Serviços, de R\$ 493.939.303,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentos e três reais e três centavos) para R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e seis centavos), sendo a redução de capital, no valor de R\$44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), montante equivalente ao Acervo Cindido, operada com o cancelamento, após arredondamento, de 3.004.796.104 (três bilhões, quatro milhões, setecentas e noventa e seis mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Porto Serviços de titularidade da PSSA. 5.2.1. Cálculo do número de ações canceladas. O cálculo do número de ações de emissão da Porto Serviços a serem canceladas teve como base o valor patrimonial contábil das ações de emissão da Porto Serviços na data base de 30 de setembro de 2025, imediatamente antes da redução de capital. 5.2.2. Alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Porto Serviços. O caput do artigo 5º do estatuto social da Porto Serviços deverá ser alterado, para refletir a redução do capital social da Porto Serviços, nos termos da Cláusula 3.1. 5.2.3. Capital social da Porto Serviços. Caso a Cisão Parcial seja aprovada, o capital social da Porto Serviços passará a ser de R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e seis centavos), dividido em 31.645.063.556 (trinta e um bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma, considerando o disposto na Cláusula 5.1: (i) 31.645.062.556 (trinta e um bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações detidas pela PSSA; e (ii) 1.000 (mil) ações detidas pela Porto Seguros. 5.3. Efeitos da Cisão Parcial na Porto Saúde Serviços. A Cisão Parcial implicará o aumento de capital social da Porto Saúde Serviços, de R\$ 68.192.941,08 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos) para R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), sendo o aumento de capital, no valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), correspondente ao valor do Acervo Cindido, representado pela emissão, após arredondamento, de 34.787.135 (trinta e quatro milhões, setecentas e oitenta e seis mil, cento e trinta e cinco) ações detidas pela PSSA. 6. Efetivação da Cisão Parcial e Incorporação do Acervo Cindido: 6.1. Efetivação da Cisão Parcial. Deverão ser submetidas à deliberação, pelas instâncias societárias competentes das Sociedades: (i) a efetivação da Cisão Parcial, com incorporação do Acervo Cindido pela Porto Saúde Serviços nos termos deste Protocolo; (ii) a ratificação da nomeação da Avaliadora; e (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação. 6.2. Atuação dos administradores das Sociedades. Uma vez aprovada a Cisão Parcial, nos termos deste Protocolo, a Porto Serviços será cindida e o Acervo Cindido será vertido à Porto Saúde Serviços, competindo aos administradores das Sociedades promoverem todos os atos necessários à implementação da operação, incluindo o arquivamento e publicação dos atos societários relativos à Cisão Parcial, observado o disposto nos artigos 229, §4º, e 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. Este instrumento é assinado eletronicamente. São Paulo/SP, 30 de setembro de 2025. Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. - p. Celso Damadi e Marcelo Sebastião da Silva; Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. - p. Celso Damadi e pp. Elaine Cristina Barreiro.